

O discernimento ético: relações, fontes e condições

DOM SERGIO DA ROCHA¹

Resumo

Analisa o discernimento ético no campo da Teologia Moral, apresentando, preliminarmente, diversos aspectos que tornaram a temática particularmente complexa na contemporaneidade. Posteriormente, discorre a respeito do discernimento ético a partir do seu vínculo com a consciência e a liberdade, seguido da apresentação das condições para que o discernimento ético ocorra, bem como de suas fontes.

Palavras-chave

Discernimento ético. Teologia Moral. Consciência. Liberdade. Cristianismo.

Abstract

Analyzes ethical discernment in the field of moral theology, presenting preliminary, several aspects that made the issue particularly complex nowadays. Subsequently, talks about the ethical discernment from its link with the consciousness and freedom, followed by the presentation of the conditions for ethical discernment occurs, as well as their sources.

Keywords

Ethical discernment. Moral Theology. Consciousness. Freedom. Christianity.

1 Arcebispo Metropolitano de Brasília. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (SP) e Bacharel em Teologia pelo Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). É mestre em Teologia Moral pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (SP) e doutor em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana da Pontifícia Universidade Lateranense de Roma, 1997, com a tese intitulada “Teologia Moral e Ciências Humanas no âmbito da Epistemologia”. E-mail: sdarocho@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Esclareço, primariamente, que farei uma reflexão a respeito do discernimento ético, sem qualquer pretensão de apresentar um estudo sistemático sobre a temática². Sabemos que o discernimento ético é um assunto muito amplo, contemplando vários subtemas, diversos aspectos que exigiriam uma consideração mais atenta de cada um deles, como, por exemplo, toda a problemática da consciência e da liberdade.

Na verdade, o que vou compartilhar é, de alguma forma, o resultado da minha formação acadêmica e da docência. Mas, claro, minha fala é, também, reflexo de minha experiência pessoal, já que o tema do discernimento ético não aborda, simplesmente, questões objetivas que se passam longe, mas discorre a respeito de cada um de nós, tratando daquilo que se passa em nossa vida. Nesse contexto, é óbvio que a prática pastoral tem uma grande relevância. Vivemos numa época em que nos defrontamos com enormes desafios para o discernimento, e em diversas ocasiões, sobretudo no atendimento pastoral, os sacerdotes no exercício do ministério da confissão, têm a oportunidade de atender muitas situações em que se faz necessário um discernimento mais atento, mais prudente, isto é na sua aplicação mais aprofundado.

Procurarei desenvolver o tema do discernimento ético em quatro pontos principais. Em primeiro lugar, como uma grande introdução, abordarei a questão do discernimento ético no atual contexto sociocultural. Em um segundo momento, analisarei, de modo sintético, o tema do discernimento ético a partir da sua relação com a consciência e a liberdade. Reconheço que esse ponto, em razão de sua complexidade, mereceria ser abordado não em uma aula, mas em um curso. Terceiro, discorrerei a respeito das condições para esse discernimento ético; por mais que possa ser trabalhado teoricamente, ele tem uma incidência prática muito forte; de fato, o concebemos, frequentemente, muito mais como um tema de cunho prático, isto é, a sua aplicação à vida cotidiana, do que, propriamente, como um tema acadêmico. A nossa postura

² Proferido, originalmente, como aula inaugural do ano acadêmico de 2012 do Centro de Estudos Filosófico-Teológicos Redemptoris Mater, Brasília-DF.

não pode ser pragmática, pois, embora visando à prática, o tema deve ter a devida fundamentação. Por último, elencarei as fontes do discernimento ético, que também mereceria um curso inteiro para ser devidamente considerado. Em suma, são estes quatro pontos que almejo abordar: o discernimento ético, no contexto atual, seguido de uma análise da relação entre o discernimento ético, a consciência e a liberdade. Posteriormente, discorrerei a respeito das condições e, enfim, apontarei as fontes do discernimento ético.

2 O DISCERNIMENTO ÉTICO NA CONTEMPORANEIDADE

Minha pretensão inicial é apresentar a relevância desse objeto, a necessidade de se valorizar essa temática, sobretudo no âmbito da Teologia Moral. O objeto em questão tem sido muito explorado nos últimos anos. A título de exemplo, poderíamos citar as publicações em Teologia Moral, que têm contemplado, frequentemente, a questão da consciência como um dos seus principais temas, bem como, a *Veritatis Splendor*, que não pode ser ignorada. Quanto a essa encíclica de moral fundamental, deve-se ressaltar a coragem do Papa João Paulo II ao abordar uma temática tão delicada e complexa, com a clareza e a profundidade adequadas ao tempo atual.

Vivemos numa época em que o discernimento ético vai se tornando cada vez mais exigente, mais difícil e mais necessário. De um lado há muita gente que já excluiu esse tema, seja do horizonte do pensar, seja do agir. Isto é, para muitos, na sociedade atual, esse é um tema que já não conta mais. Para dar um exemplo disso, bastaria recordar o que a Igreja, em sua tradição espiritual e pastoral tem chamado de exame de consciência; hoje, infelizmente, isso é algo de que muita gente nunca ouviu falar, ou, se ouviu falar, não sabe que exame é esse, podendo pensar que se trata de um exame escolar, ou, ainda, de um exame diante do padre. Em outras palavras, o discernimento, para muita gente, é um tema pouco ou nada considerado. Esse fato evidencia que a ignorância da temática está associada a uma crise ética, a uma crise de valores, de referências para o agente. O contexto sociocultural na atualidade está acentuadamente marcado pelo subjetivismo ou pelo individualismo, em que o sentimento pessoal impera sobre outros aspectos. A pessoa toma decisões quanto ao seu agir, não se colocando diante de referenciais que vão além de si própria.

Ora, os valores transcendem a pessoa, vão além dela. Muita gente não considera nada além do que sente, além do que pensa. Chamamos isso de subjetivismo, pois está centrado, excessivamente, no sujeito, e um sujeito fechado sobre si. E em razão disso, nos deparamos com um pluralismo acentuado, um pluralismo radical. Esse pluralismo é tão intenso que deixa muita gente desorientada. Pessoas que não sabem bem o que fazer, que caminho tomar, desprovidas de referenciais, pois a sua decisão é tomada unicamente a partir do próprio sentir, do próprio pensar, da própria experiência.

É evidente que não se pode rechaçar a liberdade de cada um, mas um sujeito fechado em si, que não se abre para os valores, às normas, à Palavra de Deus, ao próprio Deus, ao outro, terá dificuldades para tomar decisões acertadas. Desse modo, estamos inseridos em um contexto de pluralismo radical que, no campo da moral, se expressa como um relativismo, em que é apregoadada a cultura do “vale tudo”, uma concepção de liberdade em que a autonomia do sujeito está associada a fazer aquilo que pensa, que acha correto, independente de qualquer outro critério além dele. Desse modo, estes fenômenos – subjetivismo, pluralismo e relativismo ético – se mostram interligados; a pessoa adota uma postura que poderíamos intitular, no campo da moral, de vale tudo. Sabemos que a expressão evoca uma luta em que sempre alguém sai machucado, pelo menos um dos lutadores, e, não raramente, os dois.

Além desse acentuado subjetivismo, dessa crise de valores, dessa concepção tão equivocada de liberdade, enfim, dessa perda de referenciais, nos encontramos imersos em um novo contexto social, um novo contexto cultural, com questões inéditas no campo da ética, como as questões de bioética, além de problemas antigos que perduram e, muitas vezes, se agravam nos campos do matrimônio, da sexualidade e da moral social. Além de antigas questões não solucionadas e que se apresentam agravadas com diversas facetas, há questões novas. Basta citar as questões da bioética, desafiadoras, que exigem discernimento reto e correto. As pessoas se mostram, tantas vezes, perdidas. Assistimos hoje a uma espécie de exclusão da ética, cada um vivendo a sua vida. O discernimento ético se revela como algo urgente, atual e imprescindível, mesmo que possa ser considerado difícil em nível prático ou teórico.

Não é coisa nova falar da dificuldade do discernimento ético, da necessidade de discernir moralmente, de distinguir o bem do mal, de discernir a vontade de Deus. Para o cristão, o discernimento sempre tem um componente espiritual, sendo impossível separar a ética da vontade divina. Observamos isso já no início do Gênesis; o “comer da árvore do conhecimento do bem e do mal” está relacionado ao discernimento ético. O homem e a mulher, criados por Deus, começam a decidir por conta própria o que é bem e o que é mal, sem Ele. Esta é a raiz do pecado! Quando a pessoa, ao invés de se colocar diante de Deus, de sua Palavra, de seus critérios, dos valores, se coloca apenas diante de si própria, como um espelho, ela peca. Ao agirem assim, o homem e a mulher acabam estragando o “jardim” que Deus criou e lhes entregou para ser cultivado, isto é, acaba destruindo a vida e o mundo criados por Deus.

Se alguém pretende fazer discernimento ético fechado sobre si, com a autonomia absoluta apregoada pela modernidade ou pela pós-modernidade, não alcançará um discernimento pautado na ética e na verdade. Remontando a São Paulo, vocês se recordarão, certamente, do episódio famoso registrado na primeira carta aos Coríntios, em seu capítulo oitavo, quando o apóstolo trata do consumo das carnes sacrificadas aos ídolos; a comunidade cristã está diante de um problema sério e objetivo: comer ou não as carnes que eram sacrificadas aos ídolos e que, depois, ficavam à disposição do povo, sobretudo dos mais pobres, para serem consumidas. Se desejassem comer carne, tinham que recorrer aos templos pagãos, mas a carne ali disponível era resultante das oferendas aos ídolos. E agora, como agir diante dessa situação? Isso é um problema de consciência muito sério que carece de um discernimento imediato. E Paulo dá a regra. Ídolos não existem; portanto, não haveria qualquer problema em consumir alimentos pretensamente oferecidos a eles, pois carnes são carnes. Entretanto, se há um irmão que não tem essa mesma compreensão, essa maturidade, e poderia se escandalizar e ser prejudicado, então é melhor jamais agir assim. A caridade torna-se critério para o exercício da liberdade e para o discernimento ético. Há uma “limitação” da liberdade em função da caridade. A liberdade de consciência está associada ao respeito pela consciência do irmão. Paulo afirma que se comer carne sacrificada for

motivo de escândalo, jamais colocaria carne em sua boca. Então nós temos, aqui um episódio que mostra que não é de hoje que a questão se mostra delicada, mesmo no âmbito da comunidade.

No discernimento ético vai aparecendo a caridade como o grande critério orientador da liberdade do homem, ou seja, até que ponto aquilo que você, livremente, na sua consciência, iria fazer, ajuda ou prejudica o seu irmão. Mesmo que houvesse retidão e boa vontade no ato, até que ponto aquilo lá iria ajudar o outro. O discernimento ético não pode ser isolado da comunidade, pois a própria palavra “consciência” evoca, de certo modo, esse vínculo. De fato, a análise etimológica do verbete em questão já evoca o discernir juntos.

Jesus, também, reagia quando o povo se mostrava inapto para discernir. A multidão era capaz de distinguir os sinais climáticos, sabendo quando choveria ou faria sol, mas não conseguia identificar os sinais dos tempos. Claro que aqui há um discernimento de caráter mais espiritual, mas ele nunca está separado do caráter moral, do caráter eminentemente ético. Estas duas realidades caminham, necessariamente, juntas na vida do cristão.

Foge da minha intenção, mas não deixaria de ser interessante analisar em outra ocasião toda a problemática da consciência, entre os séculos XVII e XVIII, os famosos casos que vão surgindo, os casos de consciência que deram origem ao que chamamos de casuísmo, porque as situações eram múltiplas; os doutrinadores, querendo discernir o que fazer diante da lei, mas, especialmente, como proceder frente às novas situações. Esse clima de inquietação surge na transição dos séculos XVII para o XVIII, pois é a época de situações tipicamente modernas que não tinham se colocado, ainda, no curso do medievo. A moral tradicional não conseguia resolver, com propriedade, os conflitos, e os confessores não sabiam como proceder, realidade compartilhada mesmo entre os penitentes. Então nos deparamos com um panorama cheio de “ismos”. Quem já estudou um pouco a respeito, não ignora as inúmeras tendências doutrinárias nesse período: de um lado o laxismo, do outro o rigorismo, e ainda o probabilismo. Sobressai nesse universo a postura de Santo Afonso Maria de Ligório – padroeiro dos confessores e dos moralistas –, que tenta um equilíbrio entre a postura da consciência e a lei.

Em Santo Afonso Maria de Ligório, observamos um esforço de caráter pastoral; sua teologia tem uma forte incidência pastoral, evitando polarizar as coisas no sujeito, como alguém que vai decidindo, fazendo as suas escolhas sem depender do resto, mas, também, sem polarizar diante da lei, a ponto da pessoa se ver destituída de consciência e liberdade.

3 DISCERNIMENTO ÉTICO, CONSCIÊNCIA E LIBERDADE

A relação entre discernimento ético, consciência e liberdade mereceria, realmente, ao menos um dia inteiro de estudo, pois é um tema complexo de grande atualidade. Por isso, vamos nos restringir a elementos básicos. Por que somos capazes de discernir, eticamente falando? Por que podemos levantar a questão do discernimento ético? Não poderíamos atribuir nenhum discernimento ético a um animal, como, por exemplo, aos macaquinhos lá de casa, que passam o dia pulando de galho em galho; eles saltam muito bem, mas não sabem discernir eticamente, porque não têm uma estrutura que permita isso. O cachorro, às vezes, pode ser visto como o melhor amigo do homem, mas de tão amigo, ele costuma morder o dono; em outras palavras, ele não tem discernimento. Eu vi, há pouco tempo, uma apresentadora de TV americana que resolveu aproximar muito o rosto de um cão, e o animal gostou tanto dela que resolveu lhe dar uma mordida; o que evidencia a inadequação de suas reações, portanto, sua incapacidade de discernir. Isso pode parecer muito estranho, mas não é. Há gente hoje, correntes de pensamento que negam que haja uma estrutura antropológica de base que permite chegar ao discernimento moral. Em virtude desse rechaço, negam o discernimento moral.

Se negamos a estrutura, tiramos aquilo que dá suporte ao homem. A estrutura antropológica implica algo que compõe, essencialmente, a pessoa humana. É muito grave não levar em conta aquilo que define a pessoa, aquilo que constitui o ser humano, porque, senão, a gente cai no que se chamou de desumanização. O que é desumanização? Quando o homem ou a mulher não age como homem, como mulher! É normal que o gato aja como gato, o cachorro como cachorro e o macaco como macaco. Agora muitos não estranham quando pessoas não se comportem como gente. Às vezes, isso

ocorre. Então precisamos considerar, seriamente, essa estrutura, que é, na verdade, o ser humano como tal, essa unidade corpo-alma, a consciência como tal e a liberdade. Mesmo porque esses são fatores de responsabilidade moral; tanto na Igreja quanto nos tribunais civis, quando se vai verificar a responsabilidade moral de alguém, são sempre considerados os graus de consciência e liberdade. É a estrutura humana que permite discorrer e realizar o discernimento ético.

Eu sei que hoje há gente caindo em um exagero, de querer justificar tudo a partir da consciência e da liberdade. Contudo, eles são elementos há muito levados em conta pela Igreja, pela Teologia Moral e a Espiritualidade, inclusive para definir o pecado. É claro que, objetivamente falando em relação ao grau de responsabilidade, pecado é pecado. Bem, nós temos hoje, na verdade, primeiramente, uma valorização enorme da liberdade de consciência, o que é típico dessa época, marcada pela emergência da subjetividade, isto é, por uma afirmação radical do sujeito como tal. Mas assistimos, ao mesmo tempo, à negação de que esse sujeito possa se orientar por valores, por normas que vão além dele. E nós somente podemos fazer discernimento moral porque nós somos, pela graça de Deus, pelo Criador, capacitados para discernir eticamente, seja uma ação já realizada, seja uma ação para ser realizada. Acontece que a consciência moral tem um dinamismo enorme. Isto é, não dá para alcançar, de uma vez por todas, uma maturidade tal que exclua a necessidade de crescimento. Então o discernimento ético necessita que a consciência de cada um de nós se desenvolva, paulatinamente. É um processo rumo à maturidade, que alcançará a sua plenitude apenas na vida eterna. Mas, já neste mundo, somos desafiados a crescer sempre. Isso tem uma ligação muito grande com a vida espiritual e, de modo estrito, com a consciência moral. Entretanto, há gente que não caminha em termos de consciência, permanecendo estacionada.

Diversos pesquisadores têm produzido estudos com o objetivo de distinguir as fases do desenvolvimento da consciência. Há grandes pensadores, das áreas de Psicopedagogia, da Psicologia e da Teologia Moral, que apontam fases cronológicas do desenvolvimento da consciência. Não se deve reduzir a questão a fases cronológicas, rigidamente determinadas, pois o dinamismo e a complexidade

da pessoa não permitem fazer isso. Contudo, tal abordagem pode contribuir para uma justa compreensão a respeito das posturas éticas que se adotam ao longo da vida. Como a criancinha age? A criança não tem um referencial ético, ela é dotada de uma estrutura fundamental que lhe vai permitir desenvolver tudo isso; quer dizer que ela não traz em si nada pronto, carecendo, portanto, de um ambiente, de pessoas, de situações que a ajudem a amadurecer. A reação de uma criancinha é, num primeiro momento, agir em função de estímulos imediatos; ela aceita o que traz prazer e rejeita o que a incomoda e produz dor. Ela não é capaz de ir muito além disso; quando se põem duas criancinhas muito novas para brincar juntas, o que acontece? Elas começam a brincar, mas, daqui a pouco, uma passa a bater na cabeça da outra com o carrinho, com a boneca ou seja lá com o que for; e a outra grita de lá, grita de cá. Por que? Porquê ainda não tem condições para agir em função de algo que vai além do que sente imediatamente como estímulo. Estou falando de criancinhas. Mas vocês percebem que somos cercados por criancinhas de todas as idades?

Às vezes, certos indivíduos não se desenvolvem, permanecendo naquela fase da vida que se restringe à busca do prazer e ao rechaço de tudo o que pareça resultar em problemas. Ora, como um cristão pode se portar desse jeito? Se alguém tiver que tomar uma decisão, e esta decisão trouxer sofrimentos, acabará não assumindo-a, mesmo que esta for válida e necessária. Se a decisão é correta, se está de acordo com a vontade de Deus, com a Igreja, com a Palavra, com os valores, então, doa a quem doer, doa a mim, primeiramente, deverei tomar aquela decisão, e serei fiel ao caminho escolhido. Então não dá para se portar como uma criancinha, pois o discernimento dela está muito limitado aos sentidos, pelo que ela gosta ou lhe pareça agradável. Depois, vem outra fase, na qual a criança cresce e começa a se comportar melhor em virtude do olhar do outro; ela passa a brincar de maneira mais organizada, em virtude da vigilância exercida pelos pais ou pela professora, mas continuará descumprindo o esperado quando estiver sozinha. Quer dizer, é aquela fase em que a pessoa acaba se deixando conduzir pela aprovação social, isto é pelo que os outros esperam, mas ela mesma não assume com convicção o que faz; portanto,

quando estiver longe da vigilância da mãe, da professora ou do reitor, acaba fazendo o contrário, conforme seus impulsos.

Finalmente, se inicia uma fase de verdadeira maturidade quanto ao desenvolvimento da própria consciência moral, quando nos tornamos capazes de assumir, de acolher valores e normas, e de vivê-los com coerência. Essa é a maturidade que estamos buscando, pois, se vivermos, apenas, em função dos outros, nos preocupando com a vigilância que exercem sobre nossas ações, isso poderá criar uma dupla moral: a moral pública e a moral privada. Quer dizer, se estou diante das pessoas, se estou diante de alguém, se estou no ambiente público, eu vou agir de um jeito; se eu não estou, se estou sozinho ou se estou onde ninguém me conhece, então ali eu me porto de qualquer jeito. Neste caso, a pessoa não desenvolveu a capacidade de discernir porque, talvez, não tenha vivenciado, ainda, os valores. Isso pressupõe vivenciar a Palavra de Deus, fazer a experiência da Palavra, fazer a experiência dos valores. Como é que uma criança, por exemplo, consegue saber o que é amor, honestidade, partilha, se ela não vê um gesto concreto a respeito? Isto implica a necessidade da experiência, especialmente, para a criança.

Tem gente que não cresceu na vida moral porque não foi ajudada pelo estilo de vida dos que com ela convivem. O testemunho é cada vez mais importante. É claro que, sobretudo, quando se trata da pregação da Palavra de Deus, a gente anuncia não só o que vive, mas tudo aquilo que a gente almeja viver em conformidade com o que a Palavra de Deus diz. O nosso horizonte é a Palavra de Deus; portanto, não é unicamente o que eu vivo; vai muito além. É claro que ninguém deve pregar aquilo que não se dispõe a viver, que não acredita; seria, de fato, uma cisão interior, uma espécie de esquizofrenia, uma dupla personalidade. Desse modo, a coerência é fundamental para discernir; do contrário, acaba-se discernindo de maneira inadequada, pois o discernimento não se apresenta de forma reta e correta. Então temos que crescer em nossa vida moral, na vida cristã, assumindo valores e normas, acolhendo a Palavra de Deus e as orientações da Igreja; tal assumir e assimilar é chamado por alguns estudiosos de processo de “internalização”.

É preciso ter presente que o discernimento é fruto de toda uma vida; não se trata de um elemento isolado. É muito difícil fazer discernimento ético de maneira justa se a vida não permite isso. Ele é fruto de uma árvore; sem isso, sem desenvolver a árvore, sem amadurecer, não se colhe o fruto. Aliás, a Carta aos Hebreus, capítulo cinco, versículo catorze, refere-se a duas realidades: o leite e o alimento sólido: “o alimento sólido é para os adultos, aqueles que a experiência já exercitou para distinguir entre o bem e o mal”. Para uma criancinha amamentada, é difícil discernir entre o bem e o mal; quando adulta, com alimento sólido, será capaz disso.

4 CONDIÇÕES PARA O DISCERNIMENTO ÉTICO

Quando se toca na questão das condições para o discernimento, nos deparamos com um intenso embate entre dois elementos: o que se chamou, na história da Teologia Moral, de intencionalidade ou intenção, e o que se intitulou de veracidade ou aquilo que é correto. O discernimento tem que ser, concomitantemente, reto e correto. E o que é retidão? A retidão está associada à intencionalidade, isto é, quando alguém vai tomar uma decisão, deve estar sinceramente bem intencionado a fazer o bem, a viver o bem, a verdade; ao contrário, o discernimento já estaria viciado logo de início, e o seu resultado não será correto.

Podemos enganar todo mundo, menos a nós próprios e muito menos a Deus. A retidão é muito importante. Vocês se recordam daquele velho provérbio que diz “o caminho para o inferno está cheio de boas intenções”? Claro que não se tira o valor da retidão em si. Eu sou o primeiro a apreciar a retidão, a intenção, a boa intenção. Entretanto, isso não basta, pois correríamos o risco de fazer da nossa vida e da vida do outro um verdadeiro inferno. A boa intenção, de todo modo, é a base, é o fundamental para todo o resto. Contudo, o discernimento reto deve ser também correto, verdadeiro. Não basta que a pessoa vá discernindo, apenas, com a sua boa vontade; ela precisa estar aberta à verdade objetiva, aos valores objetivos que a transcendem. Princípios, normas, valores e a própria Palavra de Deus pressupõem a acolhida, ou seja, um terreno promissor, que é o coração. A consciência,

porém, vai além disso. Não adianta alguém querer fazer um curso, uma técnica de discernimento ético, sem apresentar uma vida que permita isso. Vocês já ouviram que cada vez mais está se valorizando a fé como meio de superação frente às enfermidades, sobretudo, nos Estados Unidos da América. Os pesquisadores observaram que a saúde é restaurada, que a recuperação se dá de modo mais rápido entre os que vivem da fé. Porém, por causa disso, há gente querendo fazer cursos para adquirir a fé, achando que se trata de questão técnica. É possível fazer um curso e, depois de algumas horas-aula, sair com uma fé muito grande, para curar a enfermidade? Não tem jeito! É preciso fazer o caminho do discipulado, e esse processo é demorado. Por que não dá para subir o Monte Sinai e descer no mesmo dia, já com o rosto transfigurado, com as tábuas da Lei na mão; o caminho para ser trilhado por nós é diferente. Mas há gente que vai vivendo de qualquer jeito, e depois, quando surge uma dificuldade para discernir, quer em cinco minutos escalar o Sinai e sair com a resposta pronta. Isso é muito complicado. Se não amadurece a pessoa, o coração e, consequentemente, a consciência, o discernimento ético se mostra impossível de ser realizado.

Esta questão está expressa em duas passagens bíblicas, dentre tantas outras. Por exemplo, veja o que diz São Paulo na Carta aos Romanos, capítulo doze, versículo dois: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa maneira de pensar e julgar para que possais discernir o que é da vontade de Deus, a saber, o que é bom, o que Lhe agrada, o que é perfeito.” Ora, observem que o texto é muito claro. Não dá para desvincular o discernimento do seu contexto, do conjunto da própria vida. Quem se conforma, quem se acomoda a este mundo (essa tradução também fala de conformar-se, mas a ideia é acomodar-se), quem vai se acomodando nos modismos de hoje, perde a capacidade de discernir. Aqui São Paulo está dizendo: se vocês quiserem discernir o que é bom, o que agrada a Deus, o que é perfeito, só há um jeito: não se acomodar à cultura que está aí. Mas, com isso, não estou dizendo que tudo está errado. O mundo de hoje, a cultura atual, tem sinais da presença de Deus, tem sinais dos tempos numa linha positiva. Aliás, os sinais dos tempos não podem ser interpretados como algo em sentido

negativo, pois se referiam à chegada do Reino que estava se manifestando em Jesus Cristo. A segunda passagem que apresento se encontra na Carta aos Filipenses, em que se volta ao critério da caridade, ao critério do amor. Nos Filipenses, capítulo um, versículos nove a onze, São Paulo diz assim: “Que o vosso amor cresça cada vez mais para discernirdes o que é melhor.” Vejam bem, para discernir de maneira correta, para saber o que é bom, o que fazer? Viver o amor cristão! Não é qualquer amor, é o amor cristão, a caridade, o amor na estatura de Cristo. Então, cada vez mais, vamos percebendo a insustentabilidade de qualquer tentativa em se separar a vida espiritual, a vida cristã, sua vida de discípulo e o discernimento ético. Pelo contrário, o discernimento ético está sempre ligado a esse conjunto.

De fato, precisamos formar, continuamente, a nossa consciência, mas nunca de maneira isolada, sempre diante de Deus, aberto às fontes que vão além de cada um de nós, e em comunhão com o outro. É muito importante o conhecer juntos, que hoje se enfatiza como caminho para o conhecimento, também no campo do discernimento ético. O discernimento ético é conhecimento mediado, isto é, você não pode deixar de lado o diálogo, a comunidade. Às vezes, necessita de mediação mais especializada. Há situações delicadas em que se deve buscar ajuda do padre, do diretor espiritual, às vezes, até do bispo; outras podem exigir a ajuda de especialistas. Há situações que podem depender do parecer de um médico, de um psicólogo, o que já reflete a complexidade da questão. É claro que estou me referindo a problemas mais complexos, mas pode-se dizer que o fato de o discernimento ético ser de caráter pessoal não exclui que seja feito conjuntamente, buscando o apoio da comunidade, a orientação espiritual, o auxílio da própria Igreja.

5 FONTES DO DISCERNIMENTO ÉTICO

Temos que percorrer, ainda, a respeito das fontes do discernimento ético. Primeiramente, temos que nos interrogar a respeito de sua fundamentação. Quando falamos em discernimento ético, estamos tratando da própria ética. É muito complexa a questão da fundamentação da Moral, dos fundamentos da Moral, e também de alguma forma da Epistemologia, quando adentramos na

esfera da ciência. Neste momento, não estou explorando o campo científico, representado pela Teologia Moral, pois optei por uma abordagem mais prática. Mas quais são os fundamentos do discernimento ético? Um primeiro tipo de fundamentação é de cunho antropológico, ou seja, a própria natureza da pessoa humana. Essa perspectiva foi muito valorada por Santo Tomás de Aquino e, creio eu, precisa recuperar um espaço de destaque na atualidade.

Não raramente, muitos querem excluir a palavra da Igreja, mesmo apregoando o respeito à pluralidade. Para alguns, a Igreja não pode ficar falando disso, daquilo e daquilo outro no campo da Moral. Se falamos do aborto, dizem que nossa postura é ideológica; se falamos de assuntos no campo da bioética, nossa posição é ideológica e religiosa. Nossa posição ético-teológica tem uma raiz antropológica. Nós não falamos somente a partir da Revelação divina, nós falamos daquilo que o próprio Criador inscreveu na natureza da pessoa humana, a chamada lei natural. A lei natural está associada à natureza de cada um de nós. Ela é a primeira fonte para a ética e para o discernimento ético. Nós estamos sendo muito questionados em ambientes marcados pelo secularismo e pelo laicismo. Nós, católicos, concordamos com a laicidade do Estado; o que refutamos é uma postura laicista. Um Estado laico implica em não adotar uma confissão religiosa como religião oficial. Ora, isso não quer dizer que um Estado laico exclua ou se oponha à religião. Isso é laicismo, o que não contribui em nada para o desenvolvimento da sociedade democrática. Tal postura laicista tem causado problemas à Igreja, limitando e esvaziando os seus pronunciamentos a respeito da moral, reduzidos à mera conversa de sacristia. Na verdade, é conversa de quem leva a sério a natureza humana.

Além da lei natural, temos a Palavra de Deus. A propósito, podemos citar duas grandes fontes de discernimento ético;

- a) O Decálogo: se revela profundamente atual, o que implica em resgatá-lo, situá-lo no contexto bíblico do Êxodo, como pede o Catecismo da Igreja Católica. É claro que a plenitude da Lei se encontra em Jesus Cristo. Então, é imperiosa a necessidade de se ter uma compreensão global do Decálogo. Alguns criticaram a opção que fez a Igreja Católica

de organizar no Catecismo a parte da Teologia Moral a partir dos dez Mandamentos. Eles continuam a ser um referencial válido, devendo ser aplicados às condições atuais, na fidelidade à Palavra de Deus e ao Magistério da Igreja. No discernimento moral, a Palavra de Deus representada pelo Decálogo tem um peso enorme, sobretudo para nós que vivemos da fé.

- b) O Mandamento do Amor de Jesus Cristo: é outra grande fonte para o discernimento ético. Tomemos uma passagem onde aparece, claramente, a caridade como um critério de julgamento; no Evangelho de São Mateus, capítulo 25, encontramos o amor vivido como critério de julgamento. Trata-se de um critério que não é brincadeira. Tem a ver com o último juízo, o que Deus tem a pronunciar sobre nós, sobre a nossa vida, sobre a nossa história. E diz que nós estaremos em um caminho de salvação ou de condenação, de vida ou de morte, de acordo com a opção que tivermos feito.

Finalmente, a isso relacionado, está o discernimento a partir da comunidade eclesial. É incontestável que o Magistério da Igreja continua a ser uma fonte preciosa de critérios para o discernimento, seja, por exemplo, nos campos da bioética, da sexualidade e do matrimônio. A Igreja recolhe, não somente, a riqueza da Palavra de Deus e a atualiza, mas toda a sua experiência milenar, a grande Tradição, as grandes fontes teológicas daquilo que apregoa. É preciso, cada vez mais, darmos o devido valor aos critérios orientadores da vida moral propostos pelo Magistério da Igreja.